

Percepções sobre gênero e antropologia feminista com estudantes universitários/as: uma experiência comparada entre a UNILAB e a ULL

Jhon Alfredo Pazmiño Huapaya¹
Violeta Maria de Siqueira Holanda²

Resumo: Este estudo tem como objetivo apresentar, comparativamente, as percepções sobre gênero e antropologia feminista entre estudantes de Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e da Universidad de La Laguna (ULL), que cursaram o componente curricular “Gênero, Família e Sexualidade”. Por meio de dois grupos focais, analisamos seus discursos sobre gênero na vida cotidiana e no ambiente universitário, bem como o impacto da antropologia feminista em sua formação. Os resultados revelaram que a sociedade receptora, a classe social e o contexto institucional, dependendo da origem (África ou América Latina), influenciam as diferenças na percepção das desigualdades de gênero. Apesar dos avanços, estruturas hierárquicas ainda persistem no meio acadêmico, revelando a necessidade de maior investimento de formação de conteúdos feministas e decoloniais ao ensino, bem como nas relações cotidianas de convivência. O estudo destaca o papel da antropologia

¹ E-mail: alu0100747232@ull.edu.es. Graduado em Antropologia Social e Cultural (ULL). Mestrado em Desenvolvimento Regional (ULL). Doutorando em PPG em Desenvolvimento Regional (ULL).
<https://orcid.org/0009-0006-1300-7596>

² E-mail: violeta@unilab.edu.br. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Doutora em Ciências Sociais (UFRN). Pós-doutora em Antropologia (US).
<https://orcid.org/0000-0001-5608-1442>

feminista na desconstrução do conhecimento hegemônico e sua contribuição para uma educação crítica comprometida com a equidade do gênero.

Palavras-chaves: Universidade decolonial, antropologia feminista, equidade de gênero, diversidade epistêmica.

Percepciones sobre género y antropología feminista con estudiantes univseristarios/as: una experiencia comparada entre la UNILA e la ULL

Resumen: Este estudio pretende comparar las percepciones sobre género y antropología feminista entre estudiantes de Antropología de la Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) y la Universidad de La Laguna (ULL), que cursaron la asignatura “Género, Familia y Sexualidad”. A partir de dos grupos focales, se analizaron sus discursos sobre género en la vida cotidiana y en el ámbito universitario, así como el impacto de la antropología feminista en su formación. Los resultados revelaron que la sociedad de acogida, la clase social y el contexto institucional, dependiendo del origen, (África o Latinoamérica), impregnan diferencias en la percepción de las desigualdades de género. A pesar de los avances, se evidencia la persistencia de estructuras jerárquicas en la academia y la necesidad de integrar marcos feministas y decoloniales en la enseñanza. El estudio resalta el papel de la antropología feminista en la deconstrucción del conocimiento hegemónico y su contribución a una formación crítica y comprometida con la equidad de género.

Palabras clave: Universidad decolonial, antropología feminista, equidad de género, diversidad epistémica.

Introdução

Entre agosto e novembro de 2024, realizou-se um estudo de campo etnográfico na UNILAB no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFC-UNILAB, que seria a local de vínculo do pesquisador. Esta estadia, financiada pela Vice-Reitoria de Relações Institucionais e Cooperação da Universidade de La Laguna (ULL) e pela Consejería de Relaciones Exteriores do Cabildo Insular de Tenerife, teve como objetivo conhecer o trabalho com estudantes da diáspora africana, seus projetos futuros e explorar a dinâmica da produção de conhe-

cimento em um espaço universitário afro-intercultural realocado. Na UNILAB, estudantes africanos, brasileiros, indígenas, quilombolas, ciganos e LGBTQIA+ coexistem, facilitando a reflexão sobre discursos de gênero e epistemologias diversas que desafiam as estruturas coloniais de conhecimento e cooperação acadêmica.

A pesquisa foi realizada no contexto do componente curricular “Gênero, Família e Sexualidade” no terceiro ano do curso de bacharelado em Antropologia. Além disso, a graduação em Antropologia Social e Cultural da Universidad de La Laguna também inclui uma disciplina sobre “Gênero, Família e Sexualidade” como parte de seu programa obrigatório. Nessa universidade, o corpo discente estrangeiro é predominantemente de origem latino-americana, sem uma política clara de ação afirmativa para o acesso de minorias. Após concluir a experiência na UNILAB e retornar à lá Universidad de La Laguna, a experiência de pesquisa foi replicada utilizando essa abordagem metodológica para obter insights sobre estudantes com características semelhantes em espaços periféricos, porém linguisticamente diferentes.

A cooperação universitária entre o Norte e o Sul Global tem sido historicamente marcada por relações desiguais, um legado de estruturas coloniais que persistem na produção de conhecimento (RIBEIRO, 2010). No entanto, nossa percepção a partir desta experiência é que novos espaços periféricos desafiam essas assimetrias, promovendo a horizontalidade e a validação de epistemologias contra coloniais ainda existentes (BISPO, 2023). Este artigo reflete sobre as percepções de desigualdades de gênero, tanto na esfera pública (universidade) quanto na esfera privada (vida cotidiana), influenciadas por diversas interseções, incluindo origem, classe social, filiação religiosa e contexto institucional.

Em 2010, o Governo Federal do Brasil, sob pressão do movimento social negro, criou a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em Redenção (Ceará, Brasil), a primeira cidade do país a libertar os escravizados, em 1881. Seria isso um exercício de reparação histórica do Ocidente pelo tráfico de seres humanos negros através do Atlântico? (GILROY, 2014) A fundação da UNILAB busca consolidar um espaço de produção de conhecimento afrodiaspórico, com forte foco na integração com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Desde a sua criação, a universidade promove discursos decoloniais e contra coloniais e desafia as estruturas tradicionais do conhecimento acadêmico, diferenciando-se de outras universidades federais.

Um exemplo, é a construção de projetos pedagógicos de cursos que priorizam os conhecimentos científicos produzidos em contextos dos países sul-sul, ou das periferias dos países centrais. Ademais, reconhecem e valorizam os saberes tradicionais de mestres indígenas, de religiões de matrizes afro-brasileiras (como a Umbanda e o Candomblé), mestres da capoeira, lideranças quilombolas e do povo africano contemporâneo como tesouros vivos e de notório saber.

A Universidade de La Laguna, fundada em 1792, inicialmente como Universidade Literária de San Fernando e renomeada em 1913 com seu nome atual, está localizada na ilha de Tenerife, parte do arquipélago das Canárias (Espanha), na África Ocidental. Este território foi conquistado pelos castelhanos em 1496 da população local conhecida como “Guanches”. Ao contrário dos territórios do Novo Mundo, as Ilhas Canárias não alcançaram a independência, o que levou a um período de resistência da identidade local em tensão com a “boa vizinhança”. Hoje, sob um regime de autonomia, as ilhas são geograficamente africanas, politicamente europeias e culturalmente latino-americanas, refletindo a constante migração de sua população. As ilhas mantiveram uma desconexão histórica, política e social com o continente africano. Porém, nos últimos anos, começaram a investir recursos em cooperação com a África, abordando os anacronismos coloniais que ainda marcam sua identidade institucional.

A relação entre a UNILAB e a ULL facilita um diálogo epistêmico, enquanto universidades periféricas que geram conhecimento fora de suas antigas metrópoles coloniais. Entendemos isso, portanto, como uma reflexão e a necessidade de um real compromisso com a justiça epistêmica e as narrativas periféricas geradas no Atlântico.

Foram realizados dois grupos focais, o primeiro na UNILAB, no dia 12 de novembro de 2024, no Campus dos Palmares, como avaliação de encerramento do curso. O grupo focal foi composto por 7 pessoas (5 mulheres e 2 homens, dos quais 3 eram de origem africana). E o segundo, na ULL, foi realizado no dia 3 de dezembro de 2024, no Campus Guajara, com alunos que concluíram o ano letivo 2023-2024, com 8 pessoas (5 mulheres e 3 homens, dos quais 4 eram de origem latino-americana). As questões que cercam esses discursos e percepções foram a desigualdade de gênero no ensino superior e a análise de normas sociais na construção de gênero, particularmente em associação com questões africanas e latino-americanas.

A ementa do componente curricular de “Gênero, Família e Sexualidade” do curso de bacharelado em Antropologia da UNILAB possui os seguintes tópicos: família e parentesco: as abordagens clássicas; generificação e colonialidade de gênero; conjugalidades LGBTQIA+; família e parentesco nos países africanos de língua portuguesa: alguns aspectos; sexualidades: o normal e o “anormal” (a perspectiva queer); consentimento e vulnerabilidade; transgressão e subalter-nidade (UNILAB, 2022).

No caso da ULL, o conteúdo de “Gênero, Família e Sexualidades” é desenvolvido em dois componentes curriculares. No primeiro, intitulado “Gênero, Corpo e Cultura” discute-se os seguintes tópicos: abordagens feministas e práticas culturais corporificadas; geopolítica da sexualidade; raça, gênero e corpo; discriminação e colonização dos corpos; e ciberfeminismo e utopias tecnofeministas. No segundo, “Parentesco e Organização Social”, aborda-se toda a questão da família e, transversalmente, a questão do gênero como determinante de muitas realidades (ULL, 2024).

Considerando as propostas dos respectivos cursos, refletimos sobre as percepções e mudanças na compreensão dos papéis de gênero e do diálogo público-privado, problematizando o eurocentrismo e apresentando perspectivas teóricas dos feminismos plurais e periféricos no ensino superior (GONZALEZ, 1980; LAMAS, 1996; MAMA, 1996; MOHANTY, 1991; OYEWUNI, 2005; PITANGUY, 2014; RIBEIRO, 2010; RUBIN, 1969; TAMALE, 2020). Os dados são analisados comparando os resultados entre estudantes da UNILAB e da ULL para obter *insights* sobre suas percepções.

Feminismo ou feminismos

Os programas formativos em ciências sociais estão alinhados com a obtenção de direitos que o mundo ocidental vem conquistando desde a década de 1970. Vale a pena nos perguntarmos aqui sobre o papel que nós, nas periferias, desempenhamos nesse mundo ocidental, especialmente quando falamos de estudantes afro-diaspóricos e latino-americanos da diáspora, com toda a riqueza ancestral não ocidental que eles trazem para nossos contextos epistêmicos. É por isso que o movimento social e político das mulheres evoluiu, e com ele, a academia, de ser entendida como um espaço não reservado para mulheres para se tornar um lugar para ambos os gêneros.

“Gênero é uma performance performática repetida sob restrições sociais, não uma essência biológica” (BUTLER, 1990 p. 43). Portanto, como produto de uma ação aprendida, monitorada e recriada, é nossa responsabilidade abordar a construção de feminismos plurais que levem em consideração todas as realidades das mulheres, utilizando suas próprias categorias, sem fazer traduções diretas para estruturas ocidentais, como as estruturas patriarcais que subjugam as mulheres aos homens.

O presente estudo vai para além da perspectiva universal de Rubin (1996), quando esta afirma que o sistema sexo/gênero organiza a família como uma instituição reprodutora da dominação masculina. Consideramos a contribuição crítica de outros olhares feministas, que compreendem o gênero a partir de suas próprias realidades culturais. A concepção universal de Gênero é problematizada, gerando na literatura acadêmica sobre o tema uma ruptura epistêmica entre o que denominamos de feminismo e feminismos. O primeiro, no singular, é geralmente representado por mulheres brancas ocidentais, que consideram que algumas vozes são mais legitimadas para fazer epistemologia e outras “devem ser salvas do patriarcado”, ignorando sua capacidade de agência e promoção pessoal. Como afirma Mohanty, “a construção discursiva da ‘mulher do Terceiro Mundo’ como um sujeito monolítico e vulnerável é um produto do colonialismo intelectual ocidental.” (MOHANTY, 1991, p. 51). Diante disso, autoras feministas como Amorós (1997) e Oyewumi (2005) consideram que o feminismo deve ser um projeto emancipatório que promova igualdade e justiça para todas as mulheres, questionando o universalismo do feminismo ocidental. Essa questão é suficientemente abordada tanto na UNILAB quanto na ULL, onde, como espaços de educação superior decolonial, proporcionam as condições necessárias para a reflexão sobre espaços de conhecimento alternativos aos modelos teóricos hegemônicos.

Os feminismos, portanto, representarão aquelas novas mulheres emancipadas, revolucionárias e não normativas que, conscientes da violência simbólica do machismo, são capazes de articular movimentos sociais, políticos e acadêmicos para reduzir a desigualdade de gênero existente em nosso mundo contemporâneo. É do conhecimento de todos que “a desigualdade de gênero é sustentada por seis estruturas inter-relacionadas: trabalho doméstico, emprego, estado, violência, cultura e sexualidade.” (WALBY, 2000, p. 32).

Feminismo na vida cotidiana

Como afirma Chimamanda (ADICHE, 2017), a educação feminista começa na infância, questionando os papéis de gênero impostos. O feminismo da vida cotidiana é o que coletamos neste estudo. Abordamos estudantes de antropologia que, embora seja verdade que estão familiarizados/as com a teoria antropológica, tendem a cair em um machismo estrutural e no patriarcado que muitas vezes opera automaticamente. Não podemos esquecer que “a opressão das mulheres é um fenômeno estrutural que atravessa todas as classes sociais.” (SAFFIOTI, 1969, p. 13). É importante considerar a perspectiva conceitual sobre feminismos e suas interseccionalidades: de raça, gênero e classe, sendo considerados marcadores sociais da diferença, que determinam os privilégios sociais (CRENSHAW, 1991. p. 1299).

Avançamos mais um conceito para o nosso quadro de referência, o da ONU Mulheres (2019, p. 15): “a equidade de gênero implica justiça na distribuição de benefícios e responsabilidades entre os gêneros.” Portanto, não podemos separar o feminismo do nosso cotidiano, das nossas singularidades, que, assim como nos subjetivam, também podem nos coletivizar, simplesmente pela opressão que exercem sobre nossos corpos.

Rumo à construção de políticas feministas desde a periferia

Relacionando-a diretamente com as duas universidades a serem analisadas, a UNILAB está localizada no Brasil onde, segundo Pitanguy (2014, p. 32) “o feminismo no Brasil deve abordar as intersecções de gênero, raça e classe”. Em um país que opera como um continente, onde as classes sociais sofrem uma estratificação vertiginosa, não podemos ousar falar em termos de Brasil, mas sim em relação a populações mais limitadas da realidade brasileira, como, por exemplo no caso da UNILAB, as pessoas do interior, as que se autodeclaram negras, quilombolas, ciganas, LGBTQIA+ e africanas. O corpo discente africano deve navegar pelos grandes desafios feministas do Brasil e aos seus como pessoas afrodiaspóricas em constante tensão entre assimilar/adaptar a forma como veem a construção do gênero. Os estudantes africanos viajam quilômetros pelo Sul Global, atravessando ambientes socioculturais em constante transformação, onde as compreensões sobre papéis de gênero, direitos, igualdade e respeito às diferenças variam. Isso sem contar aqueles que viajam do interior dos países

africanos até suas capitais, chegando eventualmente ao Brasil. Estamos falando de uma série de periferias concêntricas, cada uma funcionando como mais central ou mais “ocidentalizada” que a anterior. No entanto, “o feminismo africano não é uma importação ocidental, mas uma tradição enraizada nas lutas anticoloniais.” (TAMALE, 2020, p. 112).

Por fim, essa questão na ULL torna-se significativamente relevante, uma vez que a população estrangeira presente na Universidade, neste caso, é de origem latino-americana, com seus desafios decoloniais a serem empreendidos a partir das diásporas. É importante notar aqui que os movimentos de independência da América Latina abrangem mais de dois séculos e que, na formação das sociedades dos novos estados, a população *criolla* (descendentes diretos dos castelhanos) impregnou o caráter de uma identidade mestiça. Portanto, ela se alinha muito mais estreitamente com a luta pelos direitos das mulheres, porque esse aspecto, em si, é um legado colonial, se desdobra em um espaço-tempo pós-colonial e pode ser entendido como uma estratégia neocolonial.

A disciplina “Gênero, Família e Sexualidade”, nessas duas universidades, pretende ser esse espaço de reflexão necessário na formação de futuros antropólogos/as capazes de sair do centro acadêmico hegemônico para se permitir analisar além dos privilégios sociais. Por tanto, “a educação universitária feminista na África deve dismantelar as hierarquias epistêmicas coloniais.” (MAMA, 1996, p. 7). Neste caso, fica evidente que tanto os/as autores/as da antropologia feminista africana quanto latino-americana devem ocupar essa centralidade roubada. Não podemos esquecer que “a educação é um espaço crucial para a construção de identidades de gênero e a promoção da igualdade”. (GARAIZÁBAL, 2001, p. 17). É por isso que, seguindo Khandoker (2024, p. 18), “a antropologia feminista deve centralizar as epistemologias do Sul Global para descolonizar sua prática”. A UNILAB e a ULL são chamadas a liderar essas epistemologias em suas respectivas áreas geopolíticas contribuindo para o conhecimento atlântico.

Metodologia

Desenho de pesquisa

Este estudo corresponde à metodologia qualitativa que, seguindo Martínez (2002, p. 3) “é uma abordagem interpretativa e naturalista que busca compreender a realidade em seu contexto cotidiano”. O cotidiano como espaço de sua verdade imediata, longe de ser extrapolável e replicável, os estudos qualitativos visam tirar uma fotografia vital de sujeitos ativados no estado mais fiel possível. Na UNILAB, no momento final e avaliativo do componente curricular foi distribuído um questionário individual no qual os/as estudantes puderam responder, anonimamente, e por escrito. Em seguida, foram convidados/as a participar do grupo focal para ampliar seu nível de argumentação e coletividade em suas respostas. Na ULL, os/as estudantes matriculados/as no curso “Gênero, Família e Sexualidade” do semestre atual foram contatados, mas já haviam concluído as aulas do período letivo. Então, o grupo focal foi organizado e aconteceu, voluntariamente, no início do período de férias.

O grupo focal

Escolhemos o grupo focal porque ele atende às características metodológicas que buscávamos, proporcionando um espaço de construção e abertura ao debate. “Grupos focais revelam dinâmicas interacionais críticas para a compreensão da criação de significado coletivo que são impossíveis de capturar em entrevistas individuais.” (KAMBERELIS, George; DIMITRIADIS, Greg. 2013. p. 3). Com isso, a análise qualitativa do grupo focal, que conduzimos na UNILAB e na ULL, contempla três etapas: exploração, trabalho de campo e identificação de padrões culturais por meio da conceituação indutiva.

Perfil das pessoas que compõem o Grupo Focal

A formação de grupos focais produz bons resultados, por isso gostaríamos de apresentar os perfis das pessoas que participaram. Os grupos focais ocorreram nas salas de aula. No caso da UNILAB, na unidade acadêmica dos Palmares, no dia 12 de novembro de 2024. O grupo focal da ULL foi realizado no Campus Guajara, no dia 3 de dezembro de 2024. As categorias utilizadas foram estrita-

mente aquelas autodeclaradas por cada pessoa, conforme o quadro abaixo:

| UNILAB | ULL |
|--|--|
| M.01: Brasileira do interior e evangélica | M.01: Argentina cis, bissexual, branca e loira |
| M.02: Brasileira da capital, negra e bissexual | M.02: Venezuelana cis, hétero e branca |
| M.03: Brasileira do interior, e negra | M.03: Tenerifense do interior, mulher cis e hétero |
| M.04: Brasileira do interior e lésbica | M.04: Paraguaia, cis e hétero |
| M.05: Guineense cis, hétero e preta | M.05: Peruana cis e hétero |
| H.01: Guineense cis, preto e muçulmano | H.01: Barcelonês cis hétero e branco |
| H.02: Moçambicano cis, preto e evangélico | H.02: Tenerifense da capital cis, hétero e branco |
| | H.03: Tenerifense do interior cis, gay e branco |

Tabela 01. Pessoas participantes do grupo focal (Elaboração própria)

Na UNILAB, uma universidade marcadamente afrocentrada e negra, encontramos 5 mulheres e 2 homens. Em relação às mulheres que participaram do grupo focal, podemos observar que apenas uma delas era de origem africana, enquanto as demais eram de nacionalidade brasileira. Em relação a estas, as identidades refletidas na tabela remetem à autoidentificação. O discurso rural-urbano esteve muito presente nesta pesquisa, tendo em vista que a UNILAB é uma universidade do interior da periferia. Em relação aos homens, participaram dois, ambos africanos que professavam uma religião monoteísta. Suas crenças não os impediram de discutir a questão de gênero.

Em relação aos perfis dos participantes da ULL, havia 5 mulheres e 3 homens. A mesma condição é atendida no caso das mulheres como na UNILAB, aumentando em mais um homem. Do ponto de vista da mobilidade acadêmica podemos considerar que as Ilhas Canárias (Espanha) são para a América Latina o que o Ceará (Brasil) é para a África, por isso a presença aleatória de pessoas de origem latino-americana nas aulas é bastante comum. A presença africana bastante residual. No caso da ULL, quatro dos indivíduos, todas mulheres, eram de origem latino-americana e se autodenominavam “brancas” como um marcador étnico. Também houve presença de pessoas LGBTQIA+, e o discurso rural-urbano foi delineado, mas não opera nas dimensões espaciais de Tenerife. Sendo um território insular, a definição de espaços urbanos e rurais apresenta complexidades. No caso da ULL, nenhuma confissão religiosa foi expressa.

Perguntas de pesquisa

Foi construído um roteiro com questões que nortearam o grupo focal. Estas foram agrupadas em 4:

I. Como você percebe as relações ou desigualdades de gênero em sua vida cotidiana? (cite situações ou experiências pessoais).

II. Você observa relações ou desigualdades de gênero na universidade? (cite situações na sala de aula ou no campus, considerar relações docente-estudante e estudante-estudante, representações de estudantes, etc.).

III. Qual a contribuição da antropologia feminista para o debate sobre desigualdade de gênero e suas intersecções (cite questões do campo de análise e/ou produção intelectual)?

IV. Que contribuição a antropologia feminista traz para sua formação?

Estratégias e Tratamento das Informações

A aplicação de um questionário individual anônimo forneceu uma base empírica relevante sobre percepções pessoais dos participantes. O anonimato teve importância ética e metodológica, protegendo a identidade dos sujeitos e incentivando respostas mais sinceras, especialmente em temas sensíveis. A realização dos grupos focais inclui controles de proteção de dados, considerando o anonimato das informações pessoais dos/as estudantes participantes. Foi solicitada autorização de áudio e ambos os grupos focais foram gravados. A primeira, na UNILAB, com 48', e a gravação sonora na ULL com 67'. Nesta técnica de pesquisa qualitativa, foi concebida não apenas como espaço de coleta de dados, mas como cenário de produção coletiva do conhecimento, valorizando a interação, o debate e o confronto de perspectivas. A dinâmica grupal possibilitou captar nuances, dilemas e tensões que dificilmente emergiriam em entrevistas individuais. A transcrição foi realizada utilizando o programa de inteligência artificial www.turboscribe.ai/es/dashboard. Posteriormente, foram realizadas leituras anotadas das transcrições, priorizando as variáveis dependentes e independentes. Tal categorização fortaleceu a qualificação dos dados e permitiu comparações interpretativas entre contextos universitários distintos.

Para refinar o processamento da informação, utilizou-se a análise indutiva e a identificação de padrões culturais, permitindo assim a abstração de tendências e recorrências que conecta teoria e prática, além de garantir o rigor científico no manejo das informações. A triangulação entre questionário, discussão grupal e análise teórica ampliou a consistência dos resultados e permitiu aprofundar a compreensão das múltiplas dimensões das desigualdades de gênero observadas no campo.

Resultados e Discussão

Os resultados dos grupos focais foram organizados em variáveis, consideramos necessário apresentar os dados e discuti-los diretamente com a teoria antropológica. Isso proporciona maior controle sobre a relação entre variáveis independentes e dependentes, permitindo-nos entender melhor as estruturas de poder que moldam as desigualdades de gênero e suas múltiplas interseções. As variáveis independentes representam os fatores explicativos que, de uma perspectiva estrutural e simbólica, influenciam a configuração das relações sociais. Reconhecemos que estes operam como mecanismos de poder e dominação, sustentados pelo sistema patriarcal e influenciados por suas diversas interseções. Por outro lado, as variáveis dependentes neste estudo referem-se aos fenômenos observáveis que foram afetados por esses mecanismos estruturais. Os resultados serão apresentados nos respectivos idiomas, sendo que as citações em português se referem às alunas/os da UNILAB e as citações em espanhol se referem às alunas/os da ULL. Finalmente, os depoimentos extraídos dos grupos focais são expressões situadas de como as dinâmicas de poder operam na experiência cotidiana, institucional e simbólica de estudantes de antropologia no Brasil (Ceará) e na Espanha (Ilhas Canárias).

Variáveis independentes

1. Sistema patriarcal

A máquina nunca para; se espera que as mulheres sejam sempre cuidadoras, mesmo quando têm um trabalho fora de casa. (...). Quando um professor chama a atenção na sala, normalmente são as meninas que estão ‘falando muito’, nunca os meninos. (...) En mi familia, siempre

se ha dicho que los hombres no lloran, pero a nosotras se nos permite llorar y también se nos juzga por ello.

Entenderemos o sistema patriarcal, para fins da pesquisa, como os arcabouços culturais e sociais que historicamente legitimam a dominação masculina como espinha dorsal da sociedade, como seu eixo organizador, determinando acesso diferenciado a recursos, direitos e reconhecimento social de acordo com o gênero (GROLLMUS, 2012, p. 28). Essa hierarquia é expressa na divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são relegadas a tarefas de cuidado e os homens a papéis produtivos e de tomada de decisão. E também no âmbito familiar, na reprodução de padrões parentais nos quais historicamente as mulheres têm um papel e os homens outro. Já na academia, o patriarcado colocou os autores homens à frente das autoras, portanto, o conhecimento da ciência clássica é disseminado e escrito por homens, invisibilizando as mulheres e a diversidade (GARAIZÁBAL, 2001, p. 96). Nestes termos, o sistema patriarcal permeia todos os espaços.

[Narrativa sobre um conflito de gênero na sala de aula] (...) e ninguém falou nada. Eu fui uma dessas que não falou nada porque eu não ia entrar em debate com o professor, principalmente por medo de algumas penalizações, porque infelizmente há um abuso de poder. (...). Incluso experiencias que he tenido yo personalmente con profesores, siempre que te dicen algo que está un poco subido de tono o algo que está fuera de lo que tiene que ser, lo hacen cuando estás sola con el profesor. O sea, ellos eligen los espacios en que decirte ciertas cosas.

Podemos ver como o sistema patriarcal se infiltra, até mesmo nas aulas universitárias; curiosamente, ambas declarações das discentes enfatizam o poder e a impunidade com que o patriarcado opera. Em alguns casos, o sistema patriarcal recorre à violência física quando sente que seus fundamentos de masculinidade estão sendo “atacados”, como afirmou um dos estudantes da UNILAB: “eu cheguei a brigar com um menino que se apaixonou por mim. Nós brigamos e eu acabei apanhando”. Mas talvez o aspecto mais visível do sistema patriarcal seja o apagamento das mulheres: “Y, pues, no aguante, no fue que renuncie, sino que él un día me dijo, ya no nos sirves, entonces ese es un argumento demasiado ofensivo, que me hizo hasta llorar ese día, pues... Sí, porque imagínense, me sentía inútil”.

2. Acesso à educação universitária feminista

Antes de cursar esta disciplina, eu nem pensava no que significava desigualdade de gênero; agora vejo em todos os lados. (...) O contato com textos feministas abriu meus olhos para entender melhor as violências cotidianas. (...) Estudiar antropología feminista me hizo entender que el género no es solo sobre mujeres, es sobre poder. (...) Sin estas lecturas, nunca habría pensado que mi incomodidad en ciertas situaciones tenía que ver con el machismo.

Referimo-nos a uma educação universitária feminista que envolva a integração de perspectivas críticas de gênero nos programas acadêmicos, possibilitando o questionamento das estruturas de poder e a transformação de paradigmas hegemônicos no ensino superior (MAMA, 1996; ADICHIE, 2017). Longe de ser uma recomendação, uma educação feminista preencherá a lacuna entre uma visão androcêntrica da antropologia e, ao mesmo tempo, incorporará desafios decoloniais na produção de conhecimento, não limitando a diversidade epistemológica. É por isso que esta variável é de vital importância para este estudo.

Yo siento que no hay manera de hacer buena antropología si no estás teniendo en cuenta la formación universitaria feminista. Entonces, una buena antropología tiene que ser descentrada del eurocentrismo y descentrada completamente del machismo como concepto, ¿no? (...). Com essa disciplina, eu posso entender mais que a mulher não tem o espaço ilimitado de que ela deve fazer ou que ela não deve fazer, como anteriormente, né? Eu achava que tem coisas que só os homens podem fazer, e as mulheres não, mas pelo menos hoje eu já sei com outro pensamento que eu posso ser o que eu quiser. (...). Eu acho que o mulherismo africano também pode encaixar bastante na disciplina e ajudar essas mulheres a se sentirem acolhidas dentro da universidade ou dentro da disciplina.

Assim, a educação universitária feminista se revela como espaço de descolonização epistemológica e transformação social, empoderando estudantes a rever, questionar e redefinir seus papéis e relações no contexto acadêmico e para além dele. No trecho acima, é curioso ver uma referência afrocentrada como o “mulherismo africano”, mas não encontrar referências ao feminismo latino-americano entre os estudantes da ULL, talvez devido ao espaço que esta universidade ocupa num contexto epistêmico anticolonial.

3. Interseccionalidade

Ser mulher africana aqui é uma luta dupla; você enfrenta racismo e machismo ao mesmo tempo. (...) O machismo é forte, mas parece que pesa mais em quem é pobre ou negro. (...). En la universidad, siento que muchas veces nos ven primero como latinas y después como estudiantes. (...) No es lo mismo ser mujer blanca y europea que ser mujer migrante en España. O ser migrante blanca y rubia y no abrir la boca para que no oigan tu acento.

O conceito de interseccionalidade, relacionado principalmente à questão de raça, classe e gênero, (CRENSHAW, 1991) está presente em nossa análise, pois nos permite compreender a sobreposição de opressões derivadas da interação entre as mencionadas categorias na dinâmica das desigualdades estruturais. Utilizando a antropologia feminista, analisamos como essas dimensões se cruzaram em discursos contextuais, gerando experiências diferenciadas de exclusão ou privilégio (MOHANTY, 1991). Em ambos os grupos focais, a questão da interseccionalidade aparece associada à questão racial, ao discurso rural-urbano, mas, sobretudo, à conscientização sobre o acesso à informação sobre obras de mulheres não brancas.

Vengo de contextos periféricos, donde si bien no soy racializada, soy étnica, (blanca) y son lugares que son muy patriarcales. Entonces, no sé, creo que lo negro [o lo blanco] no te quita lo machista (...) no te quita lo racista, es eso. (...). Eu venho desse grupo, que é também marginalizado: uma mulher negra, bissexual. Então, a gente se reconhece naquele. Fazer uma análise, né? Aquela questão do antropólogo que tem que ser neutro e avaliar e tal. Não tem como ser neutro numa situação como essa, porque você se espelha na situação, nos relatos que vão, que você vai lendo e vai tendo esses sentimentos.

Agora, incorporamos a questão racial a essa narrativa, começando pelo racismo e a intersecção com a orientação sexual, que pode ser mais complexa para uma mulher negra do que para uma mulher branca, mesmo que ela seja latino-americana. Falamos, mais uma vez, do legado colonial do racismo e da marginalização das sexualidades dissidentes. Essa questão é mais complexa na África, onde: “Se você é um gay em Moçambique, a tua vida é muito difícil. Você não pode pegar o ônibus. Porque você é um gay. E isso acontece”. Mas a natureza interseccional das questões de gênero também passa a definir o que deve

estar presente nos cultos religiosos. “E aí, na minha igreja era tudo isso sendo que eu não me sinto confortável com o vestido e por muito tempo eu não me sentia assim (...) vou tirar esse conceito de mim. Aí eu peguei comecei a ir da forma que eu queria, que era de calça”.

4. Políticas públicas de gênero

As leis ajudam, mas nem sempre mudam a mentalidade das pessoas. (...) Quando o governo fala de igualdade, parece que é mais para mostrar do que para realmente mudar algo. (...) La teoría suena muy bien, pero sin políticas concretas, no hay cambios reales. (...) Las políticas de género necesitan tener en cuenta el contexto de cada comunidad, y no lo están haciendo.

Entendemos as políticas públicas de gênero como marcos legais e institucionais elaborados para promover a equidade e garantir os direitos das mulheres e outras identidades de gênero subalternizadas (ONU MULHERES, 2019). Essas medidas legislativas, incluindo, entre outras, a implementação de protocolos contra assédio sexual e a promoção de cotas de gênero em espaços de tomada de decisão, impactam diretamente a representação de mulheres na academia. No entanto, o escopo dessas políticas depende de sua implementação efetiva e da sustentabilidade das medidas: “se você está numa universidade que no seu currículo é decolonial, então não é só levar em consideração produção de conhecimento da periferia, mas também dentro da periferia levar em consideração produções com menos espaço da fala”. Da mesma forma, a UNILAB, enquanto espaço afrocentrado, contribui para um projeto que destaca as políticas de gênero. “Sou da Guiné-Bissau e estou aqui no Brasil por causa de uma política de igualdade de gênero, porque há um espaço reservado para nós no processo da seleção.” No entanto, essa implementação de políticas de gênero não parece ser aplicada de forma igualitária em todos os contextos.

Na minha outra graduação [Administração Pública] não tinha nada disso. Não se falava nem racismo e nessa graduação agora é outra perspectiva porque a gente estuda e tem um trabalho de formação dentro e fora da academia (...), mas é para se formar enquanto pessoa, enquanto gente reconhecer, respeitar as outras pessoas também, eu acho que isso. Claro que hay avances, es más, que podamos hablar de eso ya es

algo grande, pero ¿sólo hablar? cuando hacer, hacer algo de verdad para frenar al patriarcado.

Não há dúvida de a percepção das políticas públicas baseadas na igualdade de gênero das pessoas entrevistadas, criam espaços onde as mulheres podem ver outras mulheres liderando processos e sendo capazes de decidir seus próprios destinos, mas, como já foi dito, é necessária maior supervisão para garantir que isso aconteça não só na academia, sino que seja em todos os espaços e que essa rede de mulheres possa gerar resultados que se traduzam em ações concretas.

Variáveis dependentes:

1. Desigualdade de gênero

Nas aulas, parece que a voz dos homens tem mais peso, mesmo quando nós dizemos o mesmo. (...) As mulheres sempre têm que provar que sabem mais para serem ouvidas. (...) Hay clases donde los profesores solo mencionan a autores hombres, como si no hubiera mujeres haciendo antropología. (...) A veces parece que las mujeres tenemos que pedir permiso para ocupar espacios.

Este artigo se concentra na percepção da desigualdade com base no gênero, especificamente, nas diferenças no acesso a recursos, oportunidades e poder entre homens e mulheres, bem como outras identidades de gênero subalternizadas. Chamamos isso de desigualdade de gênero, uma manifestação estrutural do patriarcado (WALBY, 2000; p. 529). No meio acadêmico, ela se manifesta quando a produção de conhecimento foi historicamente dominada pelos homens. No espaço universitário, a desigualdade de gênero também se expressa em dinâmicas cotidianas, como a diferença na participação em sala de aula, com ênfase nos colegas homens em relação às mulheres, ou na representação nos grêmios estudantis (GARAIZÁBAL, 2001).

Entonces se acaba construyendo un diálogo entre el profesor y nosotros prácticamente los hombres, porque ellas no... Al final el ocupar espacio es algo bastante evidente. Y también al final el profe acaba dirigiendo la mirada hacia aquellos que ocupan más espacio. Inclusive, situaciones que nem se escuta a colega em sala de aula, porque a colega é atravessada pela fala do companheiro que não respeita a fala.

A antropologia feminista, no ensino superior, tem sido fundamental para desconstruir esses fenômenos, propondo uma análise que incorpore o impacto da educação feminista e da interseccionalidade na redução das desigualdades de gênero na formação acadêmica e profissional. A percepção da desigualdade também pode ser aprendida e herdada. Uma das entrevistadas, de nacionalidade brasileira, afirma: “infelizmente, embora as mulheres sejam a maioria, dentro da universidade ainda se tem o pensamento de que o homem é mais capaz e mais inteligente, mas isso acabou”. Mas em países como Moçambique: “... também é assim, tem trabalho de meninas e tem trabalho dos homens. Por exemplo, na minha casa eu não cozinhava. Eu aprendi a cozinhar aqui no Brasil”. A situação muda quando atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres trazem poder para o setor produtivo. “En la hostelería, dentro de lo que es la cocina, la diferencia de género es brutal. O sea, casi todos los que están allí al mando, los ‘chefs’ son hombres y además hay una violencia simbólica brutal”.

2. Representação de mulheres na academia

Nos livros, sempre estudamos homens; poucas vezes falam de mulheres, só na antropologia feminista conhecemos mais delas. (...) A representatividade importa. Se eu não vejo mulheres no topo, como vou acreditar que posso chegar lá? (...) Cuando pienso en mis profesores, la mayoría son hombres. Las profesoras son menos y tienen menos poder. (...) Hay más alumnas que alumnos, pero cuando ves quién está en los cargos importantes, casi siempre son hombres, dejemos de lado si lo merecen o no.

A representação das mulheres em cargos acadêmicos e espaços de tomada de decisão foi coletada nos grupos focais, refletindo a distribuição de poder na universidade e na academia em geral (SAFFIOTI, 1969; MAMA, 1996). Apesar dos avanços na igualdade de gênero, estudos mostram que as mulheres continuam sub-representadas nos níveis mais altos da gestão universitária e na produção acadêmica.

Ya el segundo año te dicen vale, ¿se acuerdan de Malinowski?, pues ese mismo año había otra mujer que decía tal cosa, sacar a esas mujeres de la literatura gris (...). Algo curioso de esas dos batallas, esos dos grandes bandos, es que dentro de la antropología está el materialismo,

luego está el simbolismo, la antropología simbólica, y esto está muy marcado por las cuestiones de género, donde el materialismo es una cuestión de hombres, siempre ha sido una cuestión de hombres, y el simbolismo ha sido una de mujeres.

Essa desigualdade está relacionada à persistência de estruturas patriarcais e à ausência de políticas efetivas para garantir equidade no acesso a esses espaços. A educação feminista, portanto, permite superar essa desigualdade, imbuindo aqueles que a estudam de reconhecimento e conscientização. “Conheci autoras nas minhas aulas; sim, no meu país eu sabia que havia mulheres fazendo pesquisa, mas elas eram ‘mulheres’, aqui eu sei quem elas são e pude pesquisar suas vidas.” Las referentes son vitales para nosotras las mujeres latinoamericanas en España porque las ‘latinas’ aquí estamos estigmatizadas a un rol en la sociedad. Nosotras somos latinas y académicas”.

3. Prevalência dos papéis de gênero

Mesmo quando dizem que somos iguais, ainda se espera que as mulheres sejam mais cuidadosas e gentis. (...) As meninas são elogiadas por serem ‘boas alunas’, enquanto os meninos são elogiados por serem inteligentes. (...) En las presentaciones de grupo, siempre terminamos siendo las chicas quienes organizamos el trabajo. (...) Nos dicen que podemos ser lo que queramos, pero si no seguimos los roles de siempre, somos juzgadas.

Os papéis de gênero podem ser entendida como a manifestação persistente de expectativas sociais e culturais atribuídas a homens e mulheres, que ditam comportamentos, atitudes e posições em diferentes esferas sociais (BUTLER, 1990). Sua prevalência reflete a persistência do sistema patriarcal e de outras estruturas de dominação que atribuem valores diferenciais ao masculino (privilégios) e ao feminino (opressões). Analisamos sua prevalência em termos de resistência e redefinição que emergem de experiências subalternas. A família, primeiro núcleo de socialização, é onde esses padrões são fortemente reforçados. [Na África] “as meninas não podem jogar, mas sim os meninos podem jogar e as meninas não. Mesmo querendo brincar, né? Você tem que ficar embaixo da mamãe aprendendo como lavar louça, como fazer comida”. Mas na Espanha rural não é muito diferente. “Yo tenía miedo de bañarme cuando era pequeña

con la regla porque mi madre me dijo que me podía morir. Entonces no fue hasta ya adulta que dije, coño, pues yo creo que esto no es tan cierto”. Na realidade brasileira:

“Minha família toda, minha mãe, minha sogra, meu namorado, todos caíram em cima de mim achando que era gravidez. E já fizeram planos de, ah, você vai largar a faculdade, ah, você vai cuidar do filho, você não vai trabalhar, você não vai fazer isso, você não vai fazer aquilo. E eu fiquei quem decide, sou eu”.

As evidências indicam que a questão dos papéis de gênero é hereditária: “los roles que se designan en la familia, las tareas, la división, ya puedes tu ser la más grande feminista que tu madre te verá como una hija, con todas las labores que tiene asignadas para ti al nacer.

Infelizmente, isso se estende à universidade e à vida cotidiana como um todo: “la diferencia que hay en los grados y la cantidad de hombres o de mujeres, antropología, sociología, todas las que son más ramas humanistas, se nota demasiado cuáles son centradas en la sociedad, cuáles son centradas en el poder”. Os grupos focais concluíram reconhecendo que “Los roles de género se mantienen tan fuertes que parece que no importa cuánto estudiemos teoría feminista, seguimos repitiendo patrones.” (...) “Mas agora sabemos que não estamos sozinhas, que existem políticas, existem referentes a seguir, existem mulheres africanas, como eu, lá e aqui.”

A análise das variáveis independentes e dependentes neste estudo reflete a complexidade das estruturas de poder e das experiências vividas pelos estudantes durante seu processo de formação universitária nas realidades sociais e culturais. O sistema patriarcal surge como eixo estruturante das desigualdades de gênero, presentes tanto nas interações cotidianas quanto nas hierarquias acadêmicas. Como afirmou uma aluna: “as pessoas sentem que precisam se esforçar para serem ouvidas na sala de aula”. Este depoimento ilustra como as relações de poder permeiam até mesmo os espaços educacionais. Ademais, o acesso à educação universitária feminista é crucial para desafiar essas desigualdades, promovendo uma formação decolonial e não sexista. É importante reconhecer os feminismos no plural, com representação de todas as produções acadêmicas, deixando de lado a ocidentalização do conhecimento e a tutela epistêmica.

A interseccionalidade, como uma sobreposição de opressões, se manifesta na racialização diferencial de estudantes africanos em comparação com seus pares latino-americanos, como expressou um participante: “mesmo sendo pobres, eles não nos veem como negros, eles nos veem como estrangeiros brancos”. Essa leitura diferencial marca um debate aberto sobre negritude, branquitude e a geração de conhecimento diaspórico com base em como interpretamos nossos corpos como corpos a serem explorados ou vozes a serem silenciadas. Por tanto, ressalta a importância de considerar o contexto racial na análise das desigualdades de gênero. Da mesma forma, as políticas públicas de gênero são posicionadas como mecanismos-chave para combater a violência estrutural. A representação das mulheres na academia e a prevalência dos papéis de gênero continuam sendo desafios a serem superados. Nas palavras de um estudante: “não se trata de mudar o sistema, mas de quem tem voz para mudá-lo.” É mais necessário do que nunca reescrever a antropologia a partir de uma perspectiva feminista e decolonial.

Conclusões

Os resultados da pesquisa ressaltam a importância crítica de integrar a teoria feminista aos programas educacionais de antropologia para alcançar uma educação abrangente, não sexista e decolonial. Tanto na UNILAB quanto na ULL, o estudo mostra como a abordagem da antropologia feminista na disciplina “Gênero, Família e Sexualidade” permite que os estudantes reflitam sobre as estruturas patriarcais e os sistemas de opressão que permeiam suas próprias experiências cotidianas. Esse ensinamento não só ajuda a tornar visíveis as desigualdades de gênero, mas também a questionar as hierarquias e naturalizações que sustentam essas desigualdades. Um achado relevante é a semelhança na percepção das desigualdades de gênero entre estudantes de ambos os contextos universitários.

Entretanto, a análise comparativa revela que o fator diferencial está na racialização dos africanos na UNILAB, que sofrem múltiplas camadas de discriminação. Isso contrasta com a população latino-americana da ULL, que, quando percebida como branca, supera certas barreiras raciais. Essa observação reforça a necessidade de aplicar uma abordagem interseccional em análises antropológicas para entender como o gênero se articula com outros eixos de opressão. Da

mesma forma, o reconhecimento de privilégios e opressões por parte de estudantes do sexo masculino surge como um passo fundamental para desconstruir seu sistema patriarcal de socialização.

As reflexões do grupo focal mostram como, por meio do processo de aprendizagem e da discussão coletiva, alguns deles começam a questionar seus próprios privilégios e a repensar seu lugar na cadeia de opressões interseccionais. Esse processo, embora incipiente, sugere que a educação feminista não apenas conscientiza as mulheres, mas também fornece aos homens ferramentas para assumir uma postura mais crítica e comprometida com a igualdade de gênero. Não podemos esquecer que a promoção, a pesquisa e a divulgação das antropologias feministas continuam sendo uma tarefa pendente e essencial para reescrever e transformar a disciplina. É imperativo questionar o cânone antropológico tradicional e dar maior destaque às vozes e perspectivas que foram historicamente marginalizadas. Reescrever a antropologia requer reconhecer e legitimar essas epistemologias e metodologias feministas, garantindo uma educação mais plural, equitativa e comprometida com a justiça social. Esse esforço não envolve apenas a revisão de currículos, mas também a promoção de espaços de debate, pesquisa e produção de conhecimento que reflitam a diversidade e a complexidade das experiências humanas.

Referências

ADICHIE Chimamanda Ngozi. **Dear Ijeawele, or A Feminist Manifesto in Fifteen Suggestions**. New York: Knopf, 2017.

AMORÓS Celia. **Tiempo de feminismo: sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad**. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1997.

BISPO DOS SANTOS Antonio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Piseagrama, 2023.

BUTLER, Judith. **El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Paidós, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CRENSHAW, Kimberle. Race, gender, and sexual harassment. **Southern California Law Review**, vol. 65, p. 1467, 1991.

GALARZA, Esteban; LUZ, Mari. **Antropología del cuerpo: género, itinerarios corporales, identidad y cambio**. Barcelona: Ed. Bellaterra, 2004.

GARIZÁBAL Cristina. **Educación y género: una perspectiva feminista**. Madrid: Editorial Morata, 2001.

GILROY, Paul. **Atlántico negro. Modernidad y doble conciencia**. Madrid: Ed. Akal S.A, 2014.

GONZALÉZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Trabalho apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho Temas e Problemas da População Negra no Brasil, **Anais do IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980.

HARAWAY, Donna Jeanne. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvención de la naturaleza**. Valencia: Ed. Cátedra - Universitat de València, 1995.

GROLLMUS, Nicolas Schongut. La construcción social de la masculinidad: poder, hegemonía y violencia. **Psicología, conocimiento y sociedad** vol. 2, no 2, p. 27-65, 2012.

KAMBERELIS, George; DIMITRIADIS, Greg. **El focus group como técnica de investigación**. Vol. IV. California: Sage., 2013.

KHANDOKER Nasrin. Decolonising Anthropology from the Margin. **Current Anthropology**, v. 65, n. 2, p. 1-18, 2024.

LAMAS, Marta (Org.). **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. Ciudad de México: PUEG-UNAM, 1996.

MAMA, Amina. Women's Studies and Studies of Women in Africa. **Feminist Africa**, n. 7, p. 1-14, 1996.

MARTÍNEZ, Miguel. La investigación cualitativa: síntesis conceptual. **Revista de investigación en psicología**, 2002. p. 123-146.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. In: MONAHTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (Org.). **Third World Women and the Politics of Feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1991, p. 51-80.

ONU MUJERES. **Marco conceptual para la igualdad de género**. Nueva York: Naciones Unidas, 2019.

OYEWUMI Oyeroke, O. (Org.). **African Gender Studies: A Reader**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

PITANGUY, Jacqueline. **O que é ser feminista no Brasil hoje?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, p. 21-38, 2010.

ROSA, Pablo Ornelas, da Silva Rosa, T., & da Rocha Resende, P. E. Biopolítica e colonialidade brasileira: Uma arque-genealogia dos discursos conservadores a partir de uma perspectiva contracolonial. **Revista Espirales**, vol.8, n.1, p. 35-59, 2024.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: SAFFIOTI, Heleieth (Org.). **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

TAMALE, Sylvia. **Decolonization and Afro-Feminism**. Ottawa: Daraja Press, 2020.

ULL. **Plan de Estudios del Grado en Antropología Social y Cultural**. San Cristóbal de La Laguna (España), Junho de 2013. Disponível em: <https://www.ull.es/grados/antropologia-social-cultural/plan-de-estudios/estructura-del-plan-de-estudios/> Acessado em: 17/03/2025.

UNILAB. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Antropologia**. Redenção (CE), Novembro de 2022. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/06/PPC-Antropologia.pdf> Acessado em: 17/03/2025.

WALBY, Sylvia. **Teorizando el patriarcado**. Madrid: Cátedra, 2000.

WALBY, Sylvia. Gender, nations and states in a global era. **Nations and Nationalism**, vol. 6, no 4, p. 523-540, 2000.